



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

PROCURADORIA DO PODER LEGISLATIVO DE VOTUPORANGA

PARECER JURÍDICO Nº: 180

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA

REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 132/2026

ASSUNTO: Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para celebrar Convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando repasse de recursos estaduais ao Município.

DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE LEI Nº 132/2026- DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO PARA CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, OBJETIVANDO REPASSE DE RECURSOS ESTADUAIS AO MUNICÍPIO. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. OBSERVAÇÕES.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Votuporanga:





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

I- DO RELATÓRIO

Trata-se o presente parecer acerca de análise ao Projeto de Lei nº 132/2026, de autoria do Poder Executivo, que ***“Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para celebrar Convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando repasse de recursos estaduais ao Município”***.

Inicialmente, conforme justificativa apresentada, o incluso Projeto de Lei dispõe sobre autorização ao Poder Executivo a celebrar Convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação.

A medida se faz necessária, objetivando a obtenção de recursos oriundos de Convênios, Emendas Parlamentares ou Programas dos quais o município esteja habilitado a participar.

Instruem o pedido, no que interessa: **(i)** Minuta do projeto de Lei nº 132/2026, com a respectiva justificativa.

Em síntese, eis o relato dos fatos.

Passo a análise Jurídica.

II- DA ANÁLISE JURÍDICA





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Com relação à competência municipal para legislar sobre a matéria abordada, é de se notar que o projeto versa sobre matéria de competência do Município, em razão de interesse local, encontrando amparo no artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal e no artigo 8º, incisos I e II, da Lei Orgânica do Município de Votuporanga, vejamos:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”; (grifo nosso)

“Art. 8º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar da população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local”;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”; (grifo nosso).

O referido Projeto de Lei, deve ser aprovado por MAIORIA SIMPLES dos membros do Legislativo, conforme artigo 40, da Lei Orgânica de Votuporanga:

“Art. 40. As leis ordinárias, os decretos legislativos e as resoluções serão aprovadas por maioria simples dos votos, presente a maioria





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

absoluta da Câmara Municipal, em um único turno de votação, salvo disposições contidas nesta Lei Orgânica". (grifo nosso).

De outro lado, conforme disposto na Lei Orgânica de Votuporanga, cabe a Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município, **especialmente autorizar convênios com entidades públicas e particulares:**

"Art. 19. Cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e, especialmente:

(...)

XI - autorizar convênios com entidades públicas e particulares e consórcios com outros municípios;

(...)

Art. 109. O Município proverá as necessidades de seu Governo e de sua administração, podendo firmar acordos, convênios ou ajustes com outras entidades de direito público, ou privado, para fins de cooperação intergovernamental, execução de leis, serviços, decisões, assistência técnica ou aplicação de recursos."(grifo nosso).

Celebrar convênios é ato da administração pública que, no entender da doutrina, dispensaria prévia autorização do legislativo.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

O Poder Executivo não necessitaria de autorização para tratar de tema que está inserido no âmbito de suas atribuições, entre os quais os atos administrativos típicos como, por exemplo, conveniar-se.

Desta forma, é o entendimento do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM, em seu parecer sob o nº 0259/04:

“Inicialmente, deve-se esclarecer que as leis autorizativas são exceções, reportando-se a ações administrativas concretas e específicas. Devem ainda ser consideradas excepcionais se lembrarmos do princípio da separação dos Poderes, não se devendo entender que os atos administrativos inerentes ao Executivo possam constantemente depender da anuência do Legislativo. Não cabe a este, salvo situações expressas na própria Carta Constitucional, aprovar atos de gestão ou ações públicas já admitidas genericamente em lei. É imprescindível ressaltar, que malgrado os convênios não terem forma própria, estes são atos administrativos, portanto, o STF vem decidindo que é inconstitucional a norma que os submeta à autorização legislativa, por ferir a independência dos Poderes”.

De acordo com o ensinamento de Hely Lopes Meirelles:

“Convênios administrativos são acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes.” (DIREITO MUNICIPAL BRASILEIRO, 10 a ed; Ed. Magalhães, pág. 311).





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres devem ser aplicados, no que couber, as disposições da Lei n.º 14.133/2021, conforme determina seu art. 184:

“ Art. 184. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal”.(grifo nosso).

O referido art. 184 tem conteúdo semelhante ao do caput do art. 116, da Lei n.º 8.666/1993, em relação ao qual Maria Sylvia Zanella Di Pietro leciona que:

“Não se pode admitir a interpretação restritiva do art. 116 da Lei nº 8.666/93, já que ele tem que ser analisado dentro de todo o ordenamento jurídico em que se insere. Suas exigências devem ser cumpridas em tudo o que seja compatível com o objeto do convênio a ser celebrado, já que o objetivo evidente do dispositivo é o de estabelecer normas sobre a aplicação e controle de recursos repassados por meio do convênio; essas finalidades estão presentes em qualquer convênio, independentemente de seu objeto. A inobservância do art. 116 somente será admissível nos casos de convênios que não implicam repasse de bens ou valores”. (grifo nosso).





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Contudo, apesar dos entendimentos acima expostos, abalizado em renomada doutrina, o caráter autorizativo do projeto em questão, por si, não o torna inconstitucional, mesmo porque a Lei Orgânica do Município em seu artigo 19, inciso XI, estabelece que compete à Câmara, com a sanção do Prefeito autorizar convênios com entidades públicas e particulares.

Ressalta-se que esta Procuradoria já orientou os nobres Vereadores quanto à necessidade de supressão deste inciso, mediante proposta de emenda, tendo em vista sua manifesta incompatibilidade com os limites constitucionais impostos à competência normativa dos entes municipais.

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei Orgânica do Município de Iguape – Incisos XIV e XVI do art. 9º – Competência da Câmara Municipal para autorizar o Poder Executivo a celebrar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios e para alterar e denominar próprios, vias e logradouros públicos. Autorização para celebrar convênios e consórcios – Inconstitucionalidade formal – Atos de gestão administrativa – Planejamento e organização do Município – Competência legislativa atribuída pela Constituição ao Chefe do Poder Executivo Municipal – Vício de iniciativa – Violação aos arts. 5º, 47, II, XIV e XIX, 'a, aplicáveis aos Municípios por força do art. 144, todos da CE/89. Usurpação de competência legislativa da União – Ocorrência – Compete à União editar normas gerais sobre licitação – Afronta ao art. 22, XXVII, da CF/88. Autorização para denominar bens públicos – Inconstitucionalidade material – Competência legislativa





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

concorrente entre o Poder Executivo e Legislativo – Inexistência de ato de gestão administrativa – Violação ao princípio da separação de poderes – Ocorrência – Ao condicionar a atuação do Prefeito do Município à autorização da Câmara Municipal, o inciso XVI do art. 9º da Lei Orgânica exclui a competência de iniciativa de leis do Chefe do Poder Executivo, que é concorrente, tornando-a exclusiva da Câmara de Vereadores – Violação ao art. 5º da CE/89. Inconstitucionalidade reconhecida – Ação procedente.”(TJ-SP 21344176020178260000 SP 2134417-60 .2017.8.26.0000, Relator.: Carlos Bueno, Data de Julgamento: 14/03/2018, Órgão Especial, Data de Publicação: 26/03/2018)”. (grifo nosso).

É princípio constitucional a autonomia municipal para cuidar de tudo que é de interesse predominantemente local, conforme dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 30, inciso I.

Nestes termos, a propositura do Projeto de Lei em questão, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, reveste-se de constitucionalidade e legalidade, não havendo s.m.j, óbice a sua regular tramitação nesta casa.

Diante disso, o projeto de Lei nº 132/2026, é constitucional, sem vício de forma ou origem, atendendo ao que dispõe a legislação pertinente.

III- DA CONCLUSÃO





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Diante do exposto acima, entende-se que o presente Projeto de Lei nº 132/2026, atende aos pressupostos constitucionais e legais.

No mais, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Em síntese, eis o parecer. À superior consideração.

Votuporanga, 24 de junho de 2026.

ROSELAINÉ CORREIA
Procuradora Legislativa
OAB/SP 368.365

